

**Meio Ambiente e Fronteira: a exploração dos recursos naturais na fronteira Brasil-Argentina-Uruguai.**

**SUSANA CESCO\***

**1. Introdução**

A colonização programada no sul do Brasil durante o século XIX e início do século XX trouxe, além de um significativo contingente populacional, uma nova forma de apropriação e transformação da natureza da região. Esse processo de transformação também pode ser observado, no mesmo período, em toda a região fronteira da porção sul do Brasil e nos lados argentino e uruguaio da linha de fronteira. Mesmo com a oficialização dos limites territoriais de Brasil, Argentina e Uruguai ocorreram avanços e recuos das fronteiras políticas que não garantiram uma hegemonia territorial na área durante grande parte do século XIX. Efetivamente, os limites atuais só foram demarcados no apagar das luzes do século XIX e início do século XX, como o caso do Oeste de Santa Catarina e da Província argentina de Misiones. No caso da formação da fronteira do Império Brasileiro com a República Oriental do Uruguai, remontamos ao séc. XVII com a fundação da Colônia de Sacramento em 1680, na foz do rio da Prata, pelos portugueses, consolidando-se apenas na metade do séc. XIX. O que ocorre repetidamente são momentos distintos ao longo desse período de tensões e conflitos entre as Coroas Ibéricas (Espanha e Portugal) e posteriormente entre Brasil, Argentina e Uruguai, com reflexos diretos na ocupação e transformação sócio-ambiental dessa região (PANIAGUA: 2015, 3).

No que tange a questão ambiental, a devastação e a preocupação com a “natureza” da porção sul do Brasil e das regiões fronteiriças da Argentina e Uruguai, analisada desde a segunda metade do século XIX até o século XX, em especial até os anos 1930 quando o discurso muda e passa a incorporar a preservação ambiental - mesmo que apenas para áreas ribeirinhas, nascentes de rios ou mesmo objetivando criar reservas futuras para exploração -, não apresenta grandes variações. Do ponto de vista político, segundo Paniagua,

*O séc. XIX foi marcado pelo agravamento do quadro de instabilidade política na Região Platina, situação que foi canalizada pelos luso-brasileiros, pois avançaram a oeste, conquistando os Sete Povos Missionários em 1801 e uma parcela da atual fronteira oeste*

---

\* Doutora em História Social UFRJ, Professora Adjunta na UNIPAMPA, Campus São Borja.

*sul-rio-grandense até o ano de 1828. Nessa dinâmica de conquista, ocupação e delimitação dessa fronteira, formou-se uma elite estancieira militar que, em detrimento dos demais grupos sociais, apropriou-se da terra e dos rebanhos, principalmente quando foi anexada a Banda Oriental, em 1821. Esse fato favoreceu sensivelmente o abastecimento das charqueadas da área de Pelotas e a ocupação da fronteira oeste sul-rio-grandense (PANIAGUA: 2015, 4).*

É também nesse período, especialmente entre nas décadas finais do século XIX, que a sociedade argentina passa por grandes mudanças estruturais, idealizadas e colocadas em prática anos antes pelos então presidentes Sarmiento e José Luis Romero. A Argentina “se tornou mais européia e letrada devido ao aumento da imigração e à universalização do ensino básico” (FREITAS: 2010, 120). A Argentina, no período em questão, deparava-se com a importante questão da ocupação e colonização da Patagônia e trabalhos de viajantes como o de Francisco Moreno, resultantes de suas incursões naquela região argentina já apontavam a importância de conhecer e estudar cientificamente o ambiente e, através do discurso científico, Moreno “queria mudar a opinião do público argentino a respeito da região, provando que a colonização do *desierto* era possível. Moreno almejava preencher os vazios presentes nos mapas, convencendo o governo argentino a se tornar o promotor da ocupação racional do território”(FREITAS: 2010, 120). Antes da Patagônia, o governo argentino almejava recolonizar também a região de Misiones e Corrientes, até Entre-Rios, locais anteriormente ocupados pelas reduções jesuíticas guaranis que foram destruídas e fronteira com o Brasil e Uruguai, respectivamente.

Nesse sentido partiremos de um estudo geo-histórico da região, analisando a ocupação histórica dessas terras, os biomas e “potencialidades econômicas” do período em questão e, na sequência, abordaremos os usos atribuídos a esses recursos e as consequências ambientais e sociais desse processo, com ênfase ao lado brasileiro dessas fronteiras em uma perspectiva comparada com seus vizinhos.

## **2. Biomas e paisagens sulistas**

A região Oeste do Rio Grande do Sul é composta por dois biomas: a mata atlântica e o pampa. Ambos se estendem para além das fronteiras nacionais alcançando a Argentina e o Uruguai. O bioma pampa, em especial, caracteriza-se por uma grande diversidade vegetal devido a condições climáticas favoráveis e à retenção de umidade no solo.

*Na área abrangida pelo bioma Pampa encontra-se uma das maiores diversidades de vegetação campestre do mundo. A família das gramíneas é a que apresenta maior número de representantes nestes campos, com cerca de 400 espécies encontradas, seguidas pelas*

*leguminosas com aproximadamente 150 espécies. Estima-se que o número de espécies, tanto de leguminosas quanto de gramíneas, pode ser ainda maior. A qualidade de um solo está diretamente ligada à sua atividade microbiana (KONIG: 2014, 4).*

Nessa ampla faixa territorial coexistiram grandes estâncias e pequenas propriedades agrícolas familiares. Toda a região oriental e a faixa na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina pertencem à bacia do Rio Uruguai. Esse rio tem sua nascente no Rio Pelotas, na Serra Geral e só passa a se chamar Uruguai quando junta-se ao Rio Canoas. A foz do Uruguai é no Rio da Prata. É um dos rios mais importantes na hidrografia da América do Sul, servindo de fronteira com a Argentina e entre a Argentina e Uruguai.

Essa região fronteira é uma área de transição da mata atlântica para o bioma<sup>1</sup> pampa e tem como cobertura vegetal predominante em sua porção sul o que convencionou-se chamar de Estepe (campos gerais planálticos e da campanha gaúcha), cuja fisionomia é bastante variável, apresentando uma grande diversidade de formações locais, em face, principalmente das várias diferenciações de solo. Os chamados Campos da Campanha, localizados em altitudes de até 300 m, apresentam uma grande variabilidade de formações vegetais, constituídas pelas famílias das gramíneas, compostas e leguminosas. Outra cobertura vegetal dessa região é a Savana Estépica, classificação empregada para denominar a área do “sertão árido nordestino” com dupla estacionalidade e também uma área disjunta no norte do Estado de Roraima e duas outras áreas também disjuntas, uma no extremo sul do Mato Grosso e outra na barra do rio Quaraí, no Rio Grande do Sul. A disjunção do “Parque do Espinilho” ocorre na planície alagável situada no extremo sudoeste do Rio Grande do Sul, comentada nos relatos de viagem do naturalista Arsène Isabelle nos anos 1830. Encontra-se ainda bastante preservada e seus ecotipos naturais revestem terrenos de deposição recente, localizados entre os rios Quaraí e Uruguai (IBGE: 2012, 270).

Segundo o IBGE, as estepes neotropicais<sup>2</sup> caracterizam-se como áreas de relevo plano ou

---

1 Os biomas são definidos pelo IBGE como “um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria.” O país possui 5 grandes biomas. O de maior extensão é o da Amazônia que abrange 49,29% do território brasileiro e uma área aproximada de 4.196.943 km<sup>2</sup>. O menor bioma é o do Pantanal com uma área aproximada de 150.355 km<sup>2</sup> ou 1,76% do território do Brasil. No Rio Grande do Sul, em função da diversidade de clima, solos e relevo há a formação de distintos ecossistemas derivados de dois grandes biomas: a Mata Atlântica e o Pampa (<http://www.florestal.gov.br/>).

2 Estepe é um termo originário da Rússia (Cmenne), adotado para nomear extensões territoriais destituídas de vegetação arbórea ou não cultivadas, ou seja, regiões desertas quanto ao uso e não necessariamente no sentido geobotânico, ainda que também o inclua. Na literatura internacional, o termo Estepe tem sido adotado para designar formações vegetais predominantemente campestres da zona temperada com precipitação pluviométrica distribuída ao longo de todo o ano, com um máximo estival, tais como: os campos do sul da Rússia; os do meio-oeste dos Estados Unidos da América; e os dos Pampas sul-americanos.(IBGE. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. 2ed. Rio de

suave ondulado, recobertas por vegetação herbácea contínua. A Campanha gaúcha e os Pampas argentinos são exemplos de estepes neotropicais segundo o Serviço Florestal Brasileiro. Do ponto de vista ecológico esses terrenos são importantes para a agricultura e pastagens pois, segundo o IBGE que os classificou como “Campanha gaúcha”,

*Estes campos, atualmente descaracterizados e considerados como disjunções da grande Estepe sul-americana ou prairies do continente americano (Pampa), ocupam áreas com litologias diferentes, marcadas por clima ombrófilo, com chuvas bem-distribuídas durante o ano e temperatura média de 18o C, suavizada no inverno (IBGE: 2012, 271)*

Com base nestas afirmações, o nome Estepe parece adequado para os campos do sul do Brasil. Além disso, afigura-se também conveniente distingui-los com o nome Estepe para realçar as diferenças ecológica, fitofisionômica e florística que apresentam com relação aos campos denominados Savana (Cerrado) do Brasil Central e, também, aos campos espinhosos chamados Savana-Estépica (Caatinga) do Nordeste semiárido brasileiro. O domínio da Estepe estende-se por dois amplos e distintos ambientes: Planalto das Araucárias e Superfícies meridionais gaúchas do Planalto rio-grandense-do-sul, do Planalto da Campanha e da Depressão Central. Nas superfícies meridionais gaúchas referidas acima, a Estepe conserva certa identidade pluviométrica com o Planalto das Araucárias, pois não apresenta período seco. No entanto, é submetida a maior amplitude térmica e batida mais frequentemente por frentes polares mais frias e dessecantes, o que intensifica a evaporação e transpiração e conseqüente ação do inverno, provocando secas ocasionais mais severas, que podem limitar as atividades vegetativas tanto das espécies nativas quanto das cultivadas. Em conseqüência, sua flora escassa arbórea é típica da Floresta Estacional Decidual.

A Floresta Estacional Decidual (FED), anteriormente denominada de floresta Subtropical do Rio Uruguai, conhecida pelos colonizadores como a “Mata Branca” em oposição à “Mata Preta” (FOM), onde há a ocorrência de pinhais, compreende uma superfície aproximada de 47.000 Km. Estende-se ao longo do curso médio e superior do rio Uruguai, em altitude mínima de 200 metros, e subindo seus múltiplos afluentes, até uma altitude de 600 a 800 metros. Nesta região entra em contato com as matas dos pinhais no Oeste do Planalto Ocidental Catarinense, Extremo Norte do Rio Grande do Sul, estendendo-se para o leste dos vales formados pelo Rio Uruguai até aproximadamente o entroncamento dos rios Pelotas e Canoas.

A Floresta do Alto-Uruguai (FED), “constitui-se um prolongamento da pujante Floresta do Rio Paraná, vindo através da Província de Misiones, República da Argentina. É separada das matas



do Vale do Rio Iguaçu pelos bosques de pinhais que se estendem ao longo das Serras da Fartura e de Capanema, até a Província de Missiones”(NODARI: 2012, 36), perfazendo ao mesmo tempo a vegetação típica que ocupa as faixas dos divisores das águas dos rios Uruguai e Iguaçu, atingindo sua zona limite na metade norte do Rio Grande do Sul onde dá lugar a outro tipo de vegetação classificada como pampa cujas características são de uma região predominantemente pastoril. Ecologicamente caracteriza-se por uma vegetação de gramíneas e outras espécies herbáceas, compondo, em algumas regiões, ambientes integrados com a Floresta Ombrófila Mista (araucárias) e mais ao norte do estado com a Floresta Estacional Decidual (mata branca) (NODARI: 2012, 36). As planícies, os planaltos e as coxilhas têm relevo de suaves ondulações e são colonizados por espécies pioneiras campestres que formam uma vegetação semelhante à savana.

É nesse cenário e nas transformações dele na segunda metade do XIX e início do XX que residem nossas questões de pesquisa, mais especificamente nas transformações e usos conferidos ao ambiente e suas consequências – crescimento econômico, agricultura e pecuária, extrativismo vegetal e devastação. Do ponto de vista ecológico o rio Uruguai, mesmo drenando águas de uma região agroindustrial importante tem recebido pouca atenção pelo sistema de fiscalização no que tange à degradação de suas margens e poluição de suas águas. Essa “despreocupação” remonta ao século XIX quando a região foi cenário de conflitos e disputas territoriais de base política que pouco ou nada consideraram as questões ecológicas diretamente influenciadoras da dinâmica econômica e política locais.

A área estudada nesse trabalho engloba “as margens” do rio Uruguai e a dita “fronteira seca” com o Uruguai e a própria noção de “fronteira” que tem diferentes interpretações entre habitantes locais, líderes políticos e a história oficial. Em outras palavras, a temática é relevante por ampliar as análises políticas que por muito tempo não se preocuparam em estudar a importância da transformação ambiental, da degradação e seu impacto e sua relação direta com hábitos, cultura e sociedades locais.

### **3. Agricultura, Pecuária e outros usos da terra**

Essa região ao sul do Brasil é caracterizada por 'estepes' que estão submetidas a intenso processo de antropização, principalmente pela criação extensiva de gado aliada ao uso do fogo, fatores que condicionam sua estrutura e composição florística atuais. Em décadas mais recentes, intensificou-se a pressão antrópica sobre a estepe em consequência da ampliação da área produtora



de grãos, especialmente de soja, que contribuiu para dizimar também a grande maioria das formações florestais da Região Sul do País. Essa é uma “zona de transição” em que ainda tem-se áreas pertencentes originalmente ao domínio do bioma Mata Atlântica, que estendia-se por 37% do território do atual estado do Rio Grande do Sul, em sua metade norte, e cuja característica primeira o fato de ter presença predominante de vegetação florestal e o Pampa.

Essas estepes, que na época desfavorável apresentam coloração acinzentada, são dominados por espécies dos gêneros *Stipa*, *Andropogon*, *Aristida* e *Erianthus*, o que demonstra que a Estepe das superfícies meridionais gaúchas e a das situadas no Planalto das Araucárias foram, de certo modo, igualadas pelo uso, nem sempre adequado. Aliás, algumas áreas pontuais de terrenos areníticos, como as situadas entre os Municípios de Alegrete e Itaqui, no Rio Grande do Sul, parecem testemunhar um fenômeno de arenização tendente a expandir-se ante o uso inadequado dos solos (IBGE: 2012, 271).

O Bioma Pampa, cuja ocorrência no Brasil é restrita ao Rio Grande do Sul, ocupa a metade sul do estado se estendendo por 63% do território gaúcho. Define-se por um conjunto de vegetação de campo em relevo predominante de planície que se estende também pelo Uruguai e Argentina e é marcado pela presença de grande diversidade de fauna e flora ainda pouco conhecida.

A ocupação dessas importantes porções de terra eram projetos tanto do governo imperial brasileiro quanto da Argentina e Uruguai durante o século XIX e o reconhecimento da região e mapeamento de suas “riquezas” foi feito por intelectuais, viajantes e naturalistas não só contratados por essas nações, mas cujos trabalhos independentes foram apropriados para tal fim.

O francês Alejo Peyret, escritor que vivia há mais de vinte anos em Entre Rios na Argentina, foi comissionado pela *Oficina de Tierras y Colonias* para fazer uma viagem ao território de Misiones com o objetivo de relatar ao governo argentino as localidades mais convenientes para a colonização oficial. O resultado dessa expedição foi divulgado através de cartas com descrições “geográficas e pitorescas” segundo o jornal *La Tribuna Nacional*. Peyret sugere que “es tiempo de que la actividad humana vuelva hacer su aparición em essas selvas lóbregas y solitarias, donde el silencio solemne de una naturaleza exuberante infunde al mismo tiempo un sentimiento de admiración y de tristeza” (PEYRET: 1881, 7). É com esse “espírito de progresso e povoação” que tanto as terras na banda oriental do rio uruguai – lados brasileiro e uruguaio – quanto do lado ocidental – argentino e uruguaio também – passam a ser vistos como locais importante não só do ponto de vista político, mas também econômico.

A viagem de Payret tem início ao norte do território argentino e suas descrições começam falando das potencialidades e dificuldades das regiões vizinhas aos rios Iguaçu e Paraná, descendo



pela província de Missiones até alcançar Corrientes. Outro viajante nessas terras foi Arsène Isabelle, cinquenta anos antes de Peyret. Sua *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*, publicada em livro, ocorreu nos anos de 1830 a 1834 e iniciou pelo Rio da Prata, subindo pelo Rio Uruguai até a região das Missões brasileiras. Diferente de Peyret, Isabelle era um naturalista e sua viagem tinha o objetivo de coletar amostras de minerais vegetais e animais dessa região. Também conhecedor do Rio Paraná esse autor o compara ao rio Uruguai afirmando que o Paraná

*é mais fecundo e alegre mais os olhos pela variedade da paisagem. O Uruguai, ao contrário, desde Salto a Itaqui, só apresenta, nas duas margens, uma estreita moldura de árvores bastante variadas, é certo, mas que se repetem sucessivamente em todo o curso do rio. São espinillos, salgueiros, laureles, ceibos, ñandubais, timbos, talas, lapachos, palmeiras e arbustos espinhosos (...) mas, seguindo as savanas, ou os terrenos inundados a vista mal pode repousar nas vastas planícies baixas ou levemente onduladas, desprovidas de árvores, e que só oferecem um capim espesso, torrado pelo sol, e mais alto do que um homem, em alguns lugares. Essas planícies ficam alagadas até grandes distâncias, nos tempos em que o rio transborda. Isso acontece particularmente, na margem esquerda, isto é, na banda Oriental ou Missões brasileiras, porque a margem direita, Entre-Rios e Corrientes, apresenta, em geral, terrenos mais elevados e uma vegetação mais variada (ISABELLE:2006, 183).*

Essa questão da terra e de seus usos durante todo o século XIX está diretamente ligada aos avanços e recuos das fronteiras, em especial com o Uruguai cuja maior porção era de fronteiras secas ou de cursos d'água de pequena proporção, o que facilitava a expansão das grandes estâncias sul-riograndenses e, conseqüentemente, o mesmo modelo de ocupação e exploração da terra. Reckziegel aponta para o fato de que a ocupação de terras oficialmente uruguaias por estancieiros riograndenses alcançou números consideráveis nas décadas de 30 e 40 do séc. XIX.

*foi substancial. Em 1850, a propriedade de sul-rio-grandenses estava assim configurada: 342 léguas adjacentes entre a lagoa Mirim e o Chuí pertenciam a 35 propriedades sul-rio-grandenses. Na fronteira de Bagé, nos departamentos de Treinta y Tres e Cerro Largo, eram 154 estancieiros. Na fronteira de Quaraí e Missões, eram 238 proprietários possuidores de 1.782 léguas quadradas. Essas propriedades representavam 1/3 ou 30% do território uruguiaio de posse de sul-rio-grandenses (RECKZIEGEL: 1994, 84).*

Somado a isso, na segunda metade do XIX essa região também é palco da Guerra do Paraguai e de novas invasões territoriais agora declaradamente belicosas como é o caso da invasão da vila de São Borja em junho de 1865 pelos paraguaios.

Partindo da investigação do processo histórico da transformação ambiental nas regiões oeste e sul do Rio Grande do Sul, com ênfase na devastação da cobertura vegetal nativa e no desenvolvimento agrícola e pastoril, especialmente a região de fronteira sob influência do Rio Uruguai, busca-se mapear, concomitantemente, as mudanças em práticas e costumes locais que



muitas vezes não são percebidos como diretamente ligados ao fator ambiental. Além disso, identificam-se nesse processo medidas e/ou ações tomadas para a preservação ou não do restante dessa vegetação nativa. Esse é o caso exemplificado por Brailovski ao descreve a região pampeana pré conquista europeia:

*En la pampa previa a la conquista, la ausencia de herbívoros importantes permitía que los pastos cumplieran su ciclo biológico completo, Nacían, crecían a gran altura, se reproducían y morían dejando los grandes pajonales secos que caracterizaron a la llanura vieja. (...) La introducción del ganado significó un súbito enriquecimiento del suelo pampeano. Después de muchos miles de años de ausencia de animales grandes, aparecen, se multiplican y mueren millones de vacas e caballos. (...) En tal sentido, los cambios ecológicos que facilitaron la expansión de los ganados posibilitaron también la repoblación de la pampa por parte de tribus indígenas, las que, a su vez, utilizaron el fuego con frecuencia. Así, los cambios sociales y ecológicos aparecen profundamente entrelazados (BRAILOVSKI: 2009, 53).*

A discussão sobre a transformação ambiental e, especialmente o processo de devastação, além de uma preocupação mais ampla com a história ambiental dessa região passa pelo estudo de momentos distintos da história local, a começar pela observação de como a natureza era utilizada como riqueza e fator de atração para a ocupação dessa porção do território brasileiro e suas respectivas fronteiras uruguaia e argentina, com destaque para as grandes estancias de produção pecuária e do florescimento da agricultura de exportação em finais do século XIX e início do XX, como é o caso da produção de arroz, cultura completamente nova para os padrões locais até então e que atualmente é o grande produto de exportação regional. O intuito primeiro era, no século XIX, de ocupar e demarcar fronteiras nacionais, explorar os rios navegáveis e, com isso, alargar não só as fronteiras territoriais, mas as relações de poder e dominação na região platina. Posteriormente passa a ser uma região com potencial extrativista e agrícola, fator preponderante no crescimento econômico desses países.

A especificidade dos biomas que compõe a região também precisa ser considerada ao investigarmos a ocupação humana e as apropriações da natureza local. A eleição dos elementos que foram considerados “recursos naturais” e, contrariamente, os que foram percebidos como problemas e entraves ao progresso também contribuem para formar um quadro geral da história ambiental local. Um fenômeno comum a todas as áreas, no aspecto econômico, foi a intensificação das atividades extrativas e agropecuárias, especialmente nos anos finais do século XIX e início do século XX.

Nas áreas de mata no noroeste do Rio Grande do Sul e na Província de Misiones na Argentina, pontos característicos de predomínio vegetal de Mata Atlântica, as madeiras nobres eram extraídas pelas companhias colonizadoras ou pelos próprios colonos e estancieiros e



muitas delas foram exportadas para Buenos Aires em forma de balsas que desciam o Rio Uruguai nas épocas de cheia ou pelos trilhos das ferrovias que se instalavam gradativamente (CABRAL e CESCO: 2008, 43).

A exportação de madeiras do Rio Grande do sul era assim distribuídas na década de 1920:

Annos	Portos nacionaes	Argentina	Uruguay	Outros paizes
	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas
1925	1.244	16.639	19.847	14
1926	67	16.943	16.928	83
1927	4.058	29.992	25.591	3
1928	1.232	22.082	18.061	288
1929	499	34.372	23.544	72

**Quadro 1:** Elaborado a partir do Relatório de Getúlio Vargas sobre o Rio Grande do Sul, 20 de setembro de 1930. Getúlio Vargas. (<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>. Consultado em 01-06-2015).

*O comércio de madeiras do Rio Grande do Sul representa mais da décima parte do trafego ferroviário total do estado. No ano 1920 as exportações de madeira do Rio Grande do Sul subiram de 20.122 toneladas em 1920 para 57.988 toneladas em 1929. Os portos da Argentina e Uruguai são os principais receptores e clientes das madeiras do Rio Grande do Sul (VARGAS: 1930, 27).*

A pecuária e a agricultura são os outros elementos tidos aqui como fundamentais para entendermos a construção do quadro sócio-econômico-ambiental na segunda metade do século XIX e início do século XX. Ao analisarmos a bibliografia existente sobre a região oeste do Rio Grande do Sul e estudos de história ambiental da Argentina, especialmente, constatamos que temos um conjunto de pesquisas que indicam a importância desses setores quer para a economia dos respectivos países, quer como elementos condicionantes das transformações ambientais e ecológicas locais. Comparativamente, no início do século XX o quadro era assim descrito:

*A área agrícola do RS em 1929 era de 26.599 Km<sup>2</sup>, ou seja, 16% da superfície do estado. A pecuária ocupava a área de 178.400 Km<sup>2</sup> e apresentava uma população de 26.016.900 cabeças. A cultura do arroz cresceu substancialmente no início do século XX e na fala de Getúlio Vargas de 1930 recebe destaque as remessas riograndenses de arroz enviadas à Argentina e ao Uruguai pelas fronteiras e por mar. Por outro lado, utilizando os fretes de retorno, comprávamos trigo, madeira e outros produtos. As exportações do RS em 1917 para esses dois países era de 22 toneladas de arroz e chegou a 30 mil em 1923, caindo depois com a recuperação da produção de arroz italiana depois da Guerra (VARGAS: 1930, 28).*

Já em meados do século XIX o quadro era de uma região ocupada por pequenas vilas, pouco comércio e uma crescente ocupação territorial por particulares – estancieiros. A produção agrícola não era relevante para a balança comercial e o foco era ocupação estratégica de terras de fronteira.



Uma colonização programada e a criação de colônias agrícolas de estrangeiros efetivam-se no final do século e em sua maioria não chegam a essa região “marginal” do Rio Grande do Sul.

#### 4. Considerações finais

Ao considerarmos as limitações e influências ambientais impostas pela fronteira, muito mais política que social e ambiental nessa região específica, percebemos com mais clareza a relação mantida entre o homem e o meio natural nessa constante adaptação e readaptação. Uma região distante, isolada, caracterizada por grandes áreas de pastos e capões de mato, com gado selvagem e pequenas vilas pouco povoadas foi por muito tempo entendida como desfavorável para o progresso.

Depois da destruição das reduções jesuíticas e com uma “exploração” econômica voltada para as grandes estâncias pecuárias onde a produção agrícola só se efetivou de forma relevante para a economia no final do século XIX e início do XX, as características locais eram entendidas como negativas e demandaram um longo processo de adaptação e transformação da natureza local com a adequação de muitas áreas para os padrões almejados pelo “progresso”.

A partir disso consideramos o desmatamento, o aproveitamento das madeiras extraídas, as queimadas para novos pastos, a terra limpa e a produção agrícola e pecuária como partes de um grupo de projetos e ideias de civilização e desenvolvimento que ultrapassaram as questões econômicas ou políticas que visavam a ocupação estratégica do território e a exploração de recursos desse mesmo território. A amplitude da questão dos usos da terra reside no fato de compreendermos a riqueza cultural local e as consequências dessa transformação para as sociedades locais. Muito mais do que espécies vegetais e animais, a região das missões, o pampa, era e é permeado de símbolos e utilidades que lhe foram atribuídos durante séculos por diversas populações indígenas que nela viveram e dela tiraram muitas de suas referências culturais. Além da destruição da flora e da fauna nativas, o impacto das novas culturas agrícolas e do impedimento de acesso à terra em consequência das demarcações e ocupações por grandes estancieiros, implicou na destruição de muitas informações sobre a natureza local e seu habitantes. Mesmo que as questões ambientais fossem reconhecidas como relevantes, quer para a exploração de recursos ou para a política externa, raramente foram debatidas de forma individual, ao contrário, faziam parte de análises mais amplas, em que a agricultura, a política e os resultados econômicos destas davam o tom.

Segundo Pádua (2002, 283), “os problemas ambientais estavam inseridos no conjunto dos problemas estruturais que afetavam o país”. Entender as questões políticas de demarcação de fronteiras, exploração de recursos naturais, crescimento econômico não podem estar completas sem



considerarmos a natureza local – de cada local estudado – suas características, potencialidades e dificuldades, quer do ponto de vista econômico, político ou social.

Por conta disso registra-se que esse trabalho é um esforço inicial para a ampliação dos estudos sobre a história das fronteiras platinas, onde elementos não considerados até então pela historiografia como relevantes são aqui percebido como fundamentais. A terra, o pampa, suas plantas e animais são elementos que devem, necessariamente, fazer parte dos estudos sobre a história local e que não constaram das opções metodológicas dos historiadores locais por muito tempo. O papel da dita “natureza local” no processo de transformação social e cultural de uma região, além dos valores atribuídos aos recursos naturais, qual o grau das intervenções humanas e as influências dessa natureza na sociedade são sim fundamentais para entender a transformação dela durante o período em questão.

Os fatos, imagens, discursos e documentos analisados até o presente sobre essa região evidenciam que ainda há muito que ser dito, especialmente sobre a natureza local e a relação dos homens com ela. De acordo com o exposto acima, entendemos que o ponto de partida para o conhecimento de qualquer realidade social – e, nesse caso específico, o processo histórico de transformação e apropriação ambiental das áreas de fronteira no sul do Brasil com a Argentina e o Uruguai – está em suas relações com o lugar onde se situam. Nesse caso específico, muito mais que aquilo que foi destruído a partir de um processo de reocupação e transformação, é importante analisar as novas construções. Hábitos, alimentos, animais, culturas, enfim, a vida na região fronteira ao sul do Brasil, na região das missões argentinas e no noroeste do Uruguai está permeado pelas ações e reações das populações locais frente ao seu ambiente. O entendimento dessas transformações ambientais locais como fazendo parte de um processo social e cultural, além de econômico e/ou político, amplia o entendimento da historia regional e, conseqüentemente da região Platina.

### **Referências Bibliográficas e documentais**

BRAILOVSKI, Antonio. *Memória Verde*. 8 ed. Buenos Aires: Debolsito, 2009.

CABRAL, D. C. CESCO, S. Notas para uma história da Exploração Madeireira na Mata Atlântica do Sul-Sudeste. *Ambiente & Sociedade*. Campinas v. XI, n. 1 p. 33-48.jan.-jun. 2008.

FREITAS, Federico Santos Soares de. As viagens de Francisco Moreno: visões da natureza e construção da Nação no extremo sul argentino – 1873 – 1903. *Revista Angelus Novus*, n1, Agosto 2010.



GERHARDT, Marcos. *HISTÓRIA AMBIENTAL DA ERVA-MATE*. Tese apresentada ao Programa de Pós-. Graduação em História, Centro de. Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, 2013.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. tradução e nota sobre o autor Teodemiro Tostes ; introdução de Augusto Meyer. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2006. (Edições do Senado Federal ; v. 61).

IBGE. *Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra - Uso da Terra no Estado do Rio Grande do Sul*. Relatório Técnico. Rio de Janeiro, 2010.

KONIG, Falko et al. Bioma Pampa: Interações entre micro-organismos e espécies vegetais nativas. *Rev. de Ciências Agrárias*, Lisboa, v. 37,n. 1,mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php>

NODARI, E. S. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra. Simpósio História Ambiental e Migrações. Florianópolis, 2012.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PANIAGUA, Edson. *A Geopolítica e a Política Externa do império Brasileiro na Região Platina no Século (1844 – 1864)*. Palestra proferida no Seminário Internacional a Guerra do Paraguai, História, Historiografia e Ensino. São Borja, 2015.

PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*. Buenos Aires. Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi. *A diplomacia marginal: as vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1994.

VARGAS, Getúlio. *Relatório do Presidente Getúlio Vargas sobre o Rio Grande do Sul*, 20 de setembro de 1930. Getúlio Vargas. (<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>. Consultado em 01-06-2015).

**Site consultados:**